



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

5756 - Trabalho Completo - XIII Reunião Científica da ANPEd-Sul (2020)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 04 - Estado e Política Educacional

**EDUCAÇÃO PARA O TRABALHO E INSERÇÃO SOCIAL: ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A I CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO (1927) E A BASE NACIONAL CURRICULAR COMUM (2017)**

Audrei Rodrigo da Conceicao Pizolati - UNISINOS/PPGE GESTÃO EDUCACIONAL - UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS

Agência e/ou Instituição Financiadora: CAPES

**EDUCAÇÃO PARA O TRABALHO E INSERÇÃO SOCIAL: ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A I CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO (1927) E A BASE NACIONAL CURRICULAR COMUM (2017)**[\[1\]](#)

**Resumo:** No intuito de examinar as relações entre a educação e o trabalho como mobilizadores para a inserção social, circunscrevem-se as análises ao campo da História da Educação e aos Estudos das Políticas Educacionais e Trabalho. Elencou-se como materialidade a I Conferência Nacional de Educação (1927) e a Base Nacional Curricular Comum (2017). Assim, nesse hiato de 90 anos, elegeu-se a primeira e a última diretriz pedagógica do Brasil republicano. Isto posto, foi no âmbito e a partir da Conferência que se instaurou o debate nacional acerca da formação do brasileiro novecentista; a Base, por sua vez, ratifica a racionalidade neoliberal como modelo de formatação para o indivíduo pós-moderno. Se outrora a educação para o trabalho calcava-se em ditames ensejados pelo fordismo, atualmente a flexibilidade curricular fundamenta o percurso formativo e a gerência de vida do alunado. O empreendedorismo de si arroga as diretrizes pedagógicas para a instituição deste neossujeito flexível e responsabilizado. Destarte, a inserção social obedece a capacidade de geração de renda *per se*. A insuficiência de políticas públicas afirmativas ou de oportunidades e de uma educação qualificada é deslocada paulatinamente da seara do estado e creditado à (in)gerência de vida do indivíduo.

**Palavras-chave:** Educação e Trabalho. Flexi/responsabilização de si. Políticas Educacionais.

### **Apontamentos iniciais**

Toda Pedagogia moderna será fordiana: irá buscar nos livros de Ford os processos da vitória, com o máximo de humanidade, no mais intenso sistema de economia, com a generalidade das especializações. Para o fordismo não há aleijados, não há inúteis; todos cooperam para a obra geral. (XAVIER, 1927 *In*: COSTA; SHENA; SHIMIDT, 1997, p. 71).

Segundo supracitado, a educação corrobora ao trabalho e todos deveriam contribuir para o progresso econômico do país. À vista disso, estabelece-se uma digressão histórica acerca dos caminhos assumidos pelas políticas educacionais relativas à autonomia social e o laboro. Para tanto, elegeu-se a I Conferência Nacional de Educação (I CNE), realizada em 1927 na cidade

de Curitiba “[...] pela *Associação Brasileira de Educação*, as quais influenciariam consideravelmente as políticas educacionais das décadas de 1920, 1930 e 1940 no Brasil.” (ALVES, PIZOLATI, 2019, p. 428). No evento, debateu-se o *dever* educacional do brasileiro novecentista. Passados 90 anos, a Base Nacional Curricular Comum (BNCC, 2017) segue similarmente as mesmas diretrizes pedagógicas que posicionam a educação ao mundo do trabalho.

A inserção social ocorreria por intermédio do trabalho que pauta os processos de *in/exclusão* (FABRIS, 2008) dos indivíduos, o que se situa na “[...] articulação entre individualização e a responsabilização” (SILVA, 2017, p. 700) e a capacidade de resiliência “[...] do ser humano responder de forma positiva às demandas da vida quotidiana, apesar das adversidades que enfrenta ao longo de seu desenvolvimento.” (SILVA; ELSEEN; LACHARITÉ, 2003, p. 147).

Na subsequência do estudo, examina-se sucintamente a noção de currículo e suas implicações à formação do neossujeito. Após, investiga-se como a relação entre educação e trabalho foi pensada na I CNE a partir da égide fordiana e a sua ressignificação no hodierno pós-fordista, cuja base teórica e analítica assenta-se na BNCC.

### **Um breve olhar para os estudos das políticas e o currículo**

Diferentes estudos no âmbito da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) evidenciam a relevância dos estudos referentes às políticas educacionais curriculares no Brasil. Assim, elencaram-se alguns trabalhos da reunião de 2013 em virtude da possibilidade de diálogo junto ao que se investiga neste texto.

Desse modo, denota-se que “[...] os currículos escolares se constituem no interior de tramas discursivas históricas, de engendramentos de saberes e poderes. Eles são, simultaneamente, constituídos e constituintes.” (FREITAS; HAAS, 2013, p. 1). As políticas de currículo vislumbram a confluência de interesses distintos (sociais, mercadológicos...) que ensejam fixar determinadas culturas no contexto escolar (MATHEUS, 2013).

Ao adentrar ao campo das políticas educacionais, a racionalidade neoliberal remodela concomitantemente a formação tanto do educando quanto do docente (PEREIRA; WASSEM, 2013). Consoante o filósofo estadunidense Gert Biesta (2018), o professor afasta-se da noção de educador e assume a incumbência de facilitador da aprendizagem. Para compreender esse processo, é necessário um diálogo intercultural entre distintas áreas do saber (SAVINO; COSTA, 2013) e conjecturas históricas.

### **A formação do indivíduo na I CNE**

Educar a mão não tem só importância técnica e pedagógica, mas também importância social, porque faz compreender a dignidade e o valor do trabalho manual e destrói os preconceitos que as classes chamadas cultas têm, desde a antiguidade, contra os trabalhadores (ALENCAR, 1927 *In*: COSTA; SHENA; SHIMIDT, 1997, p. 54).

Partindo da premissa acima, salienta-se que o enaltecimento ao laboro manual ocorre em virtude de que o Brasil se industrializava à época e necessitava de mão-de-obra para as fábricas incipientes, sem abandonar o trabalho no campo. O primeiro movimento da educação foi romper com o estigma dos trabalhos manuais, atrelados historicamente como sendo uma peculiaridade de escravos e de classes subalternas, *indignas* de pessoas letradas. Seria então por intermédio do estudo e do trabalho que se constituiriam os elementos necessários para a vida em coletividade. (*Ibidem.*, 1927 *In*: COSTA; SHENA; SHIMIDT, 1997). Nesse ínterim, a uniformização do método de ensino seria imprescindível para que o modelo fordista

constituir-se-ia como balizador da educação moderna no Brasil novecentista.

a) A uniformização do ensino primário no Brasil é medida que se impõe pela necessidade de cimentar a unidade nacional em bases sólidas, por meios metódicos e seguros.

b) A uniformização do ensino primário exige a uniformidade de programa e de método geral no ensino, que deve ser dividido em elementar ou maternal, dois anos, e em primário propriamente dito, três anos nas escolas isoladas e quatro nos grupos escolares. (ANDRADE, 1927 *In*: COSTA; SHENA; SHIMIDT, 1997, p. 200).

Apesar de aparentar certo desprezo pelas profissões liberais – letradas, é importante salientar que a valoração das atividades manuais e fabris tinham o ensejo de resignar as pessoas as quais lhes seriam negadas melhores condições de trabalho. A educabilidade obedecia a critérios pautados pela biologia, segundo a qual o estudo das *aptidões* deveria ser considerado no processo educacional, bem como sua alocação ao mundo do trabalho. (PENNA, 1927 *In*: COSTA; SHENA; SHIMIDT, 1997).

A formação física, cognitiva e moral fazia-se necessária em virtude do que as autoridades políticas e intelectuais almejavam no período para os indivíduos (PIZOLATI; ALVES, 2019). O trabalho simbolizava o principal objetivo na formação humana e no combate à *vadiagem* e à *malandragem* – “[...] a prole de gente inútil que vive do jogo, do vício, da libertinagem, da trapaça [...] A porcentagem desses últimos é verdadeiramente apavorante.” (KEHL, 1921, p. 155-156). Sendo assim, ao negar o ócio, assumir o laboro e resignar-se a sua posição social, o país lograria o almejado progresso. Segundo o pensamento liberal à época:

Se as profissões liberais lhe forem inacessíveis, então sonhará com a doce malandria de sinecurista, ingressando na burocracia pelas descaradas ogivas do afilhadismo providencial. E não mais se preocupará com o vencer pelo trabalho, pelo esforço, pela competência da conquista. (ALENCAR, 1927 *In*: COSTA; SHENA; SHIMIDT, 1997, p. 48).

Então, o trabalho assimilado da educação constituir-se-ia como o principal mobilizador para a inserção social. No presente, esse modelo é ressignificado de outros sentidos, uma vez que se mantém a *práxis* de uma educação voltada para o trabalho. Soma-se a isso a flexibilidade e a responsabilidade, segundo disposto na seção subsequente.

### **A Flexi/responsabilização de si na BNCC**

[...] a sobrevivência [pressupõe-se no mundo neoliberal que] implica uma orientação sobre a questão de como se pode adaptar e ajustar às circunstâncias em constante mudança, considerando que a vida provoca para explorar se vale a pena se adaptar às circunstâncias que se apresentam, ou se a primeira tarefa é, na verdade, tentar criar circunstâncias melhores [empresariar-se e/ou empreender-se]. (BIESTA, 2018, p. 26).

Segundo o excerto acima, o indivíduo deverá estar apto para criar e ou adequar-se às circunstâncias mercadológicas, o que corrobora ao desenvolvimento de competências e de habilidades adquiridas e elencadas por si próprio. Acerca desses conceitos:

Na BNCC, competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho. (BNCC, 2017, p. 8).

Assim, o estímulo à flexibilização curricular almeja contemplar a multiplicidade de interesses e de realidades sociais do alunado brasileiro. “Essa nova estrutura valoriza o protagonismo juvenil, uma vez que prevê a oferta de variados itinerários formativos para atender à multiplicidade de interesses dos estudantes: o aprofundamento acadêmico e a

formação técnica profissional.” (*Ibidem.*, 2017, p. 465, *passim.*).

Desse modo, institui-se um *governo pedagógico* que intenciona consolidar, mediante a educação, o “[...] paradigma neoliberal, em que a *flexi/responsabilização* passa a pautar sistematicamente as escolhas de vida e as relações sociais. (PIZOLATI, p. 534, 2020). Conquanto, visa-se reconfigurar a identidade dos indivíduos na intenção de “[...] encarregar os atores com a responsabilidade de desempenhar essa tarefa e de arcar com as conseqüências (e também com os efeitos colaterais) de seu desempenho;” (BAUMAN, 2008, p. 130-131).

No cenário neoliberal, a relação entre a formação para o mundo do trabalho e a flexibilização de si diante das contingências evidencia algo já engendrado e elucubrado nas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica (DCN, 2013). Corroborando ao que apregoa a BNCC e os sentidos assumidos pelas políticas educacionais no presente, intui-se que

[...] a preparação básica para o trabalho, tomado este como princípio educativo, e para a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de enfrentar novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores; (DCN, 2013, p. 27, *passim.*).

Assim, por intermédio da flexi/responsabilização dos itinerários formativos e da gerência de vida, concebe-se no âmbito e a partir da racionalidade neoliberal o neossujeito.

### Apontamentos finais

O nexos entre a educação e o trabalho conflui à inserção social. Nesse escopo, mobilizam-se conhecimentos e habilidades individuais na esfera da educação e do currículo. Enseja-se ao educando a capacidade de gerir-se a si próprio, articulando autonomia financeira, cognitiva e socioemocional (HAN, 2014; DARDOT; LAVAL, 2016; CIERVO; SILVA, 2019). Nesse processo de *independização* formativa, é importante frisar que no atual modelo de gestão socioeconômico não se abandonou a especialização característica do fordismo; visa-se multiespecializar e fazer do indivíduo um *especialista de si mesmo* (BRUNEL, 2004).

Ao adequar a expertise do neossujeito segundo a demanda de/em diferentes setores na indústria, no comércio e no trabalho autônomo haveria um incremento na produtividade. O que antes era caracterizado como desvio de função agora é interpretado pelo empresariado como sendo um catalizador para o desempenho e à eficácia. Observa-se, então, o deslocamento da responsabilidade do estado para a responsabilização de si, o que futuramente poderá implicar em mais desinvestimentos estatais e ou à privatização da educação dentre outras áreas de interesse social.

### Referências

ALENCAR, Renato de. ANTAGONIAS DA DIDÁTICA NA UNILATERALIDADE DO ENSINO. *In*: COSTA, Maria José Ferreira franco; SHENA, Denílson Roberto; SHIMIDT, Maria Auxiliadora. **I Conferência nacional de educação (1927)**. Brasília: MEC: IPARDES, 1997. p. 46-64.

ALVES, Alexandre; PIZOLATI, Audrei Rodrigo da Conceição. EUGENIA, EDUCAÇÃO E SABER MÉDICO: O DISCURSO EUGÊNICO NA I CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO (1927). **História & Ensino**, Londrina, v. 25, n. 1, p. 427-451, jan./jun. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.5433/2238-3018.2019v25n1p427>. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino/article/view/33680>. Acesso em: 30 jul.

2019. Acesso em: 03 set. 2019.

ANDRADE, Helvécio de. UNIFORMIZAÇÃO DO ENSINO PRIMÁRIO. *In*: COSTA, Maria José Ferreira franco; SHENA, Denílson Roberto; SHIMIDT, Maria Auxiliadora. **I Conferência nacional de educação (1927)**. Brasília: MEC: IPARDES, 1997. p. 196-200.

BAUMAN, Zygmunt. **A sociedade individualizada**: Vidas contadas e histórias vividas. Tradução José Gradel. Rio de Janeiro: Zahar, 2008., 323 p.

BIESTA, Gert. O dever de resistir: sobre escolas, professores e sociedade. **Educação**, Porto Alegre, v. 41, n. 1, p. 21-29, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.15448/1981-2582.2018.1.29749>. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/29749>. Acesso em: 08 dez. 2019.

BRASIL. **Base Nacional Curricular Comum**. Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em 22 fev. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Conselho Nacional da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Ministério da Educação. Secretária de Educação. Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. – Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. 542 p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file>. Acesso em: 23 mar. 2020.

BRUNEL, Valérie. **Les menagers de l'âme**: ledéveloppement personnel em entreprise, nowelle pratique de pouvoir? Paris, La Pdécouvert, 2004. 192 p.

CIERVO, Tassia Joana Rodrigues; SILVA, Roberto Rafael Dias da. A CENTRALIDADE DAS COMPETÊNCIAS SOCIOEMOCIONAIS NAS POLÍTICAS CURRICULARES CONTEMPORÂNEAS NO BRASIL. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 17, n° 2, p. 382-401 abr./jun. 2019. DOI: [Revista e-Curriculum, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 382-401 abr./jun. 2019](https://doi.org/10.15448/1981-2582.2019.2.382-401). Disponível em: <file:///C:/Users/braud.DESKTOP-K0GBNBQ/Downloads/38834-124430-1-PB.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2020.

COSTA, Sylvio Gadelha. Governamentalidade neoliberal, Teoria do Capital Humano e Empreendedorismo. **Educação & Realidade**. p. 171-186. Maio/ago 2009. Disponível em: <file:///C:/Users/braud.DESKTOP-K0GBNBQ/Downloads/8299-31126-1-PB.pdf>. Acesso em 12 jan. 2020.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**. São Paulo: Boitempo, cap. 9 – p. 321-376. 2016.

FABRIS, Eli Terezinha Henn. EXPERIÊNCIAS DE IN/EXCLUSÃO NO CURRÍCULO ESCOLAR: DESAFIOS E COMPLEXIDADES. *In*: Constituição Brasileira, Direitos Humanos e Educação. 31ª REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO – ANPed, 31, 2008, Caxambu/MG. **Anais...** Disponível em: <http://www.anped.org.br/sites/default/files/gt13-4791-int.pdf>. Acesso em 22 mar. 2020.

FREITAS, Josí Aparecida; HAAS, Fabrício Luis. A PRODUÇÃO DE VERDADES PELO DISCURSO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: IMPLICAÇÕES CURRICULARES. *In*: Sistema Nacional de Educação e Participação Popular: Desafios para as Políticas Educacionais. 36ª REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO – ANPed, 36, 2013, Goiânia/GO. **Anais...** Disponível em: [http://www.anped.org.br/sites/default/files/gt12\\_2760\\_texto.pdf](http://www.anped.org.br/sites/default/files/gt12_2760_texto.pdf). Acesso em 26 fev. 2020.

GASPARINI, Isaura Sydney. O BRASIL CARECE DA DIFUSÃO DO ENSINO POPULAR DA GEOGRAFIA. *In*: COSTA, Maria José Ferreira franco; SHENA, Denílson Roberto; SHIMIDT, Maria Auxiliadora. **I Conferência nacional de educação (1927)**. Brasília: MEC: IPARDES, 1997. p. 41-46.

HAN, Byung-chul. **Psicopolítica**. Barcelona: Herder, 2014. 124 p.

KEHL, Renato Ferraz. **Brazil médico**. Rio de Janeiro: [s. n.], 1921.

MATHEUS, Danielle dos Santos. NEXOS ENTRE CURRÍCULO, AVALIAÇÃO E EDUCAÇÃO DE QUALIDADE. *In*: Sistema Nacional de Educação e Participação Popular: Desafios para as Políticas Educacionais. 36ª REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO – ANPed, 36, 2013, Goiânia/GO. **Anais...** Disponível em: [http://36reuniao.anped.org.br/pdfs\\_trabalhos\\_aprovados/gt12\\_trabalhos\\_pdfs/gt12\\_2710\\_texto](http://36reuniao.anped.org.br/pdfs_trabalhos_aprovados/gt12_trabalhos_pdfs/gt12_2710_texto). Acesso em 25 dez. 2019.

PENNA, Belisário. Por que se impõe a primazia da educação higiênica escolar. *In*: COSTA, Maria José Ferreira franco; SHENA, Denílson Roberto; SHIMIDT, Maria Auxiliadora. **I Conferência nacional de educação (1927)**. Brasília: MEC: IPARDES, 1997. p. 29-33.

PEREIRA, Elisabete Monteiro de Aguiar; WASSEN, Joyce. DESENHO CURRICULAR DE CURSO: A PERCEPÇÃO DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS E OS DESAFIOS DE UMA NOVA POLÍTICA. *In: Sistema Nacional de Educação e Participação Popular: Desafios para as Políticas Educacionais. 36ª REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO – ANPEd, 36, 2013, Goiânia/GO. Anais...* Disponível em: [http://www.anped.org.br/sites/default/files/gt12\\_2757\\_texto.pdf](http://www.anped.org.br/sites/default/files/gt12_2757_texto.pdf). Acesso em 22 fev. 2020.

PIZOLATI, Audrei Rodrigo da Conceição. A Influência do Discurso Neoliberal na Governamentalidade Pedagógica no Brasil Contemporâneo. **Revista Cocar**. V.14 N.28 Jan./Abr./ 2020 p.521-540. ISSN: 2237-0315. DOI: <http://dx.doi.org/10.31792/rc.v14i28>. Disponível em: <https://paginas.uepa.br/seer/index.php/cocar/article/view/3136>. Acesso em: 02 abr. 2020.

PIZOLATI, Audrei Rodrigo da Conceição; ALVES, Alexandre. Os debates sobre educação moral, conduta e caráter do indivíduo nas primeiras décadas do século XX e seus reflexos na atualidade. **Rev. Bras. Estud. Pedagog.**, Brasília, v. 100, n. 256, p. 651-674, set./dez. 2019. DOI: <https://doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.100i256.4161>. Disponível em: <http://rbepold.inep.gov.br/index.php/rbep/article/view/4161>. Acesso em 20 dez. 2019.

SALVINO, Francisca Pereira; COSTA, Nívia Kaliane da Silva. CURRÍCULO: DAS TEORIAS CRÍTICAS À EMERGÊNCIA DE DIÁLOGO INTERCULTURAL. *In: Sistema Nacional de Educação e Participação Popular: Desafios para as Políticas Educacionais. 36ª REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO – ANPEd, 36, 2013, Goiânia/GO. Anais...* Disponível em: [http://www.anped.org.br/sites/default/files/gt12\\_2895\\_texto.pdf](http://www.anped.org.br/sites/default/files/gt12_2895_texto.pdf). Acesso em 25 dez. 2019.

SILVA, Mara Regina Santos da; ELSÉN, Ingrid; LACHARITÉ, Carl. RESILIÊNCIA: CONCEPÇÕES, FATORES ASSOCIADOS E PROBLEMAS RELATIVOS À CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO NA ÁREA. **Paidéia**, v. 13, n. 26, p. 147-156, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/paideia/v13n26/03.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2020.

SILVA, Roberto Rafael Dias da. Emocionalização, algoritimização e personalização dos itinerários formativos: como operam os dispositivos de customização curricular? **Currículo sem Fronteiras**, v. 17, n. 3, p. 699-717, set/dez. 2017. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol17iss3articles/silva.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2020.

XAVIER, Lindolpho. NECESSIDADES DA PEDAGOGIA MODERNA. *In: COSTA, Maria José Ferreira franco; SHENA, Denílson Roberto; SHIMIDT, Maria Auxiliadora. I Conferência nacional de educação (1927)*. Brasília: MEC: IPARDES, 1997. p. 65-72.

---

[1] Esta pesquisa contou com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES/Brasil.